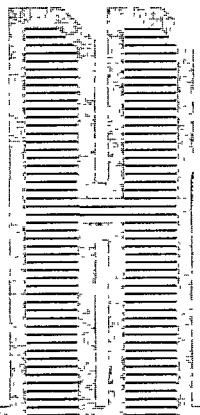




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 090

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 208^a SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FLÁVIO BIERRENBACH — Inquiétude que estaria ocorrendo por parte do programa *A Voz do Brasil*, no tratamento dispensado aos candidatos à Presidência da República.

DEPUTADO ODILON SALMORIA — Consequências das chuvas que caíram no Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Benefício conseguido pelos usuários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, com a implantação de uma estrutura tarifária progressiva em relação ao volume faturado.

DEPUTADO OSVALDO MELLO — Discurso pronunciado pelo Deputado Augusto Franco, por ocasião da Convenção Nacional do PDS realizado em Brasília.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Encontros regionais e estadual de educação no Estado de São Paulo, a serem realizados no presente mês e no mês de setembro, sob os auspícios da Fundação Pedroso Horta.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de reivindicações ao INCRA.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — 30º aniversário do programa “O Cooperativismo em Foco”, realizado nas rádios Difusora de Sergipe e Rádio Cultura.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 33/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, que prorroga prazos fixados pelo Decreto-lei nº 1.703, de 1979, que estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 209^a SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Reiterando apelo ao Governo no sentido da prorrogação dos débitos de custeio da safra 83/84 da cafeicultura baiana. Necessidade da inclusão do sudoeste baiano no anunciado plano de custeio especial para a cafeicultura nordestina.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Greve dos alunos do Colégio Francisco Figueiredo, em Aquidabã-SE.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1984-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28-12-83, que altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26-8-83. Apreciação sobreposta por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 210^a SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Manoel Costa Júnior e acolhida pela Presidência atinente a inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 208^a Sessão Conjunta, em 16 de agosto de 19842^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura*Presidência do Sr. Lomanto Júnior*ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS;

Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferrez — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgíldasio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Castejon Branco — PDS;

Paraíba

Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Afonso — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Manoel de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Hómero Santos — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PSDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarrazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemburg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Ivens de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephan — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarrina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomaria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 182 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.102, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não chegou a constituir surpresa a ninguém o noticiário, na noite de ontem, promovido pela Empresa Brasileira de Notícias que edita o programa "A Voz do Brasil". No horário destinado ao Executivo, creio, Sr. Presidente, que mais de 50% do tempo da "Voz do Brasil" foi dedicado a seguir os passos da figura sinistra do Sr. Paulo Salim Maluf. A "Voz do Brasil" outra coisa não fez se não dizer como havia sido o dia do candidato presidencial, com quem S. Ex^e esteve, quais Ministros visitou, quais as suas opiniões a respeito deste ou daquele tema, caracterizando, enfim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma iniquidade, um protecionismo aberto, absolutamente inaceitável, numa campanha presidencial, onde não se dá o mesmo tratamento a todos os candidatos.

Acredito, Sr. Presidente, que as eleições inseridas num processo democrático devem merecer dos órgãos de divulgação a necessária atenção para que o povo tome conhecimento do que pensam e do que fazem os candidatos. Não posso aceitar, contudo, Sr. Presidente, que a Empresa Brasileira de Notícias, que é um órgão oficial e que tem a responsabilidade de editar um programa também oficial, de enorme audiência em todos os rincões deste País e de enorme tradição de audiência, apenas dedique grande parte do seu tempo a seguir a trilha, as pegadas, os rastros do candidato Paulo Salim Maluf.

Aqui, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica o mais veemente protesto com relação a essa iniquidade, a esse sistema que converte a "Voz do Brasil" no realejo do Sr. Paulo Salim Paluf. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odilon Salomaria.

O SR. ODILON SALMORIA (PMDB — SC) — Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As águas estão baixando em Santa Catarina, neste momento, depois desta nova catástrofe que se abateu sobre o nosso Estado, apenas 13 meses depois das grandes enchentes de julho de 1983. As águas começam a bairar, Sr. Presidente, mas é agora que, efetivamente, começa a crise naquele próprio Estado do Sul. Começa a crise por uma série de razões: os trabalhos de recuperação dos estragos deixados pelas águas. O grande problema é essa recuperação, mas problema maior é o estado psicológico em que se encontram as populações atingidas pelas cheias deste ano.

Acabou o Estado de sair de uma enchente de 1983, e novamente foi atingido por outra. O estado psicológico dos habitantes daquele Estado não permite que a recuperação esse ano se dê tão rapidamente como a do ano passado. Mesmo porque hoje já não há mais condições. O Governo Federal não ajudou o Estado este ano, como o fez nas cheias de 83. Houve um descaso em muitos pontos; houve um abandono em outros e não houve o cumprimento das promessas feitas pelo Governo em outros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esse descaso faz com que o aspecto psicológico dos habitantes daquele Estado se agrave mais ainda. Estão seriamente atingidas as Regiões do Planalto Norte, onde as cidades de Porto-

União, Canoinhas e Três Barras, estão até hoje inundadas. Sofreram terríveis danos e suas condições de recuperação são precárias, em virtude, principalmente, da indiferença do Governo Federal em atender as mínimas reivindicações do Estado.

Nas Regiões serranas e do Alto Vale Uruguai Catariense, as condições são as mesmas.

Os Municípios que abrangem o Vale do Rio do Peixe, como Joaçaba, Videira, Caçador, também sofreram sérios danos em consequência das novas enchentes.

Finalmente, no Vale do Itajaí, onde as cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí foram mais duramente atingidas, e esse sofrimento poderia ter sido minorado, se o Governo Federal tivesse, efetivamente, tomado as medidas que prometeu e que eram necessárias para aquela região.

O desassoreamento do rio Itajaí, no trecho que liga Blumenau à Itajaí, e a continuação da construção das barragens seguramente iriam evitar, pelo menos em parte, as cheias deste ano, independente de afirmar a nossa população de que ela não está abandonada. E é justamente a impressão em todo o Estado, de que Santa Catarina foi abandonada pelo Governo Federal.

Em função disso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é necessário que hoje se tomem medidas eficazes, se tomem medidas que efetivamente façam com que o povo volte a acreditar numa recuperação. O futuro do Estado de Santa Catarina está profundamente comprometido pelo abandono em que o Governo Federal a tem deixado. Em função disso, Sr. Presidente, é que temos feito reiteradas denúncias, desde as enchentes de 1983, e agora começamos a fazer novas denúncias, para que o Governo tome medidas que realmente contribuam para a diminuição do flagelo e contribuam para que as populações tenham esperanças de melhores dias para o nosso Estado. O Estado de Santa Catarina é, indiscutivelmente, um dos Estados que mais tem contribuído para este País, com um modelo social, político e econômico que tem sido exemplo para o nosso País. Em função disso, urge que nós não façamos com que desapareça esse modelo de progresso e de desenvolvimento que tem sido exemplo não apenas no País como no exterior.

Por tudo isso, Sr. Presidente, deixo este brado de alerta, deixo este protesto, ao mesmo tempo em que faço um apelo ao Governo Federal, desta tribuna do Congresso Nacional, para que ele se sensibilize com os problemas que o nosso Estado está enfrentando como consequência das últimas cheias.

Era isso, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo de São Paulo, desde o início de sua gestão, periodicamente, vem publicando e informando sua atuação democrática. Desta forma foi conhecida a total modificação de rumos na administração estadual.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP — implantou em agosto de 1983 na RMSP, uma estrutura tarifária com maior grau de progressividade em relação ao volume faturado.

Trata-se da "Tarifa Social" que beneficia os pequenos consumidores com reduções de até 50% para os usuários que consumirem até 10.000 litros de água por mês. Ou seja, nas cidades servidas pela SABESP, de acordo com a tarifa social, pagarão apenas Cr\$ 950,00 — menos de 1% do salário mínimo. Sendo que, a legislação autoriza a cobrança de 35% da ORTN em vigor e a tarifa da SABESP correspondente a 14,3% da ORTN de julho.

Estes percentuais mínimos visam beneficiar a população de baixa renda, que cada vez mais se ressentem com os aumentos resultantes de nossa inflação desenfreada.

Desta forma, em julho, o reajuste das tarifas de água pela SABESP, de 34%, não atingiu 6 milhões de usuários que foram beneficiados pela "Tarifa Social".

O Governo Democrático de São Paulo, na atual crise econômica, para evitar maiores sacrifícios da população, exigiu austeridade das empresas estatais e na SABESP foram tomadas várias medidas a fim de conter despesas.

— demissão de mais de 1.000 funcionários improdutivos, especialmente os que recebiam sem trabalhar;

— anulação de concorrências consideradas nocivas ao interesse público, no valor de 100 bilhões de cruzeiros;

— redução de 20% na tabela de preços das concorrências de obras;

— renegociação dos contratos de obras e de compra de materiais, para reduzir os gastos, sem prejuízo da eficiência de seus serviços."

Tais medidas resultaram na economia de 10 bilhões de cruzeiros em 1983. No exercício de 1984, apesar das despesas operacionais da SABESP estarem pressionadas pela inflação, as tarifas de água e esgoto tiveram o menor aumento dentre os demais serviços públicos.

Assim sendo, o Governo de São Paulo, através da diretoria da SABESP, reabilitou o relacionamento entre a empresa e os usuários, sempre visando uma maior justiça social e ao mesmo tempo desempenhando seus serviços de atendimento com eficiência e rapidez.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Osvaldo Mello.

O SR. OSVALDO MELLO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Representando um discurso de grande profundidade política peço a inserção nos Anais, do pronunciamento do Deputado Augusto Franco — Presidente do PDS, realizado na Convenção Nacional do Partido que escolheu o candidato Paulo Maluf à Presidência da República. Eis o texto do discurso em referência:

Senhores Convencionais,

Reunindo em convenção, o Partido Democrático Social reencontra combativos e leais companheiros, examina e debate, critica e objetivamente, sua caminhada política, programática e estatutariamente compromissado com a democracia, permanece fiel a ela, quer na promoção do desenvolvimento, quer na defesa da justiça social.

Em momento incerto, difícil, dramático assumimos enormes responsabilidades políticas, demonstração sincera, inequívoca, da nossa dedicação ao partido, cuja história não temos porque renegar. Servindo ao PDS servimos, na verdade, ao regime democrático, vital à multiplicação da riqueza, florescimento da cultura e à saudável e respeitosa convivência entre os homens de boa vontade.

À frente do Partido Democrático Social e batalhando, com a ajuda dos companheiros, pela sua unidade, enfrentamos obstáculos, vivemos dificuldades, porém não abrimos mão de princípios e convicções. As divergências nunca assustaram o Partido. Só as ambições menores podem comprometê-lo. De qualquer forma, avaliados sucessos e desafios, estamos compensados pela festa político-partidária desta Convenção.

Mais que dever, presidi-la é um privilégio. Ao contrário dos nossos adversários que, por ironia da História, caminham, irremediável e silenciosamente, para uma Convenção homologatória, o nosso Partido vive, aqui e agora, não com pequeno entusiasmo, coerente e digna disputa democrática. É assim que se faz civismo e pratica a liberdade, homens questionando idéias e posições, nunca, jamais, a de-

mocracia, a qual, mesmo frágil é, paradoxalmente, mais forte do que qualquer arbítrio.

A hora não é de teimosias ingênuas, definições extremadas e polarizações odiosas. O Brasil, castigado pela recepção, o endividamento e o desemprego, não marcha, somente, para a mudança normal, legal dos seus dirigentes, persegue reformas econômico-financeiras, postula novas estruturas e perspectivas político-institucionais. Ele deseja retomar o desenvolvimento, corrigir desniveis regionais e distorções salariais, conter os atuais e sinistros custos financeiros, viver diferente e realista política de saúde, cultura e habitação, envergar outra e urgente vestimenta constitucional, realizar, em plenitude, a democracia que, prometida pelo Presidente João Figueiredo, continua na Ordem-do-Dia como palavra de fé e ato de esperança.

O Partido Democrático Social sente e pensa assim, pensamento e sentimento que são os da nacionalidade inquieta, não, porém, cética, desesperada. Partido do Governo, ele nasceu e caminhando juntos. Governo e Partido, em termos de competência e credibilidade, existem na medida em que coexistem.

Vendo e conhecendo as dificuldades e aflições que invadem, na cidade e no campo, lares e corações, o Partido Democrático Social não deseja que elas, em explosões perigosas, alucinadas traumatizem a sociedade, comprometa a ordem, destruam princípios e valores longa e duramente conquistados.

O Brasil de hoje não procura, apenas, partidária e eleitoralmente, políticos vitoriosos, reclama e precisa novas lideranças. Lideranças que sejam certeza de mais trabalho, emprego e conforto, veículos do entendimento, advogados corajosos da soberania Nacional.

O povo, neste histórico, tem os olhos em Brasília. O Partido Democrático Social não deve iludi-lo e decepcioná-lo ele que, sensível, generoso, mantém o PDS, através dos anos, como Partido majoritário, vitorioso. Por despreparo ou omissão qualquer Partido pode não saber ouvir o povo, porém nenhum tem o direito de enganá-lo: confiamos no PDS. Acreditamos no povo brasileiro, e, com a ajuda de Deus, faremos um Brasil Feliz.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Fundação Pedroso Horta, instituída pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro para prestar assessoramento aos órgãos do Partido, dentre as múltiplas atividades que vem desenvolvendo, realizará, nos meses de agosto e setembro, encontros regionais e estadual de educação no Estado de São Paulo.

Esses encontros dos educadores peemedebistas, após um ano e meio de experiência de governo, propõem-se a um redimensionamento dos objetivos, através da elaboração de propostas que atendem os interesses da comunidade e que são o postulado do compromisso que o Governador Franco Montoro assumiu com o povo paulista.

Desta forma, os encontros têm uma grande significação ao objetivarem o aprofundamento das diretrizes para a educação, em consonância com a "Proposta Montoro", baseando-se nas conquistas desses meses de governo, sem deixar de considerar contudo, as limitações financeiras previstas para os próximos 30 meses, e, principalmente, o momento de transição que se vive no Estado e no País, em busca da real e verdadeira democratização da sociedade brasileira.

Os encontros são, assim, uma oportunidade excepcional para o debate aberto entre os educadores peemedebistas interessados no processo educacional brasileiro em geral e no paulista em particular.

Eles se realizarão nas áreas de abrangência das divisões regionais, havendo um encontro final de âmbito estadual.

Sendo um governo voltado para o povo, um governo administrado com o povo, enfim, um governo participativo em que todos governam juntos, a coordenação dos encontros regionais estará, preferencialmente, sob a responsabilidade parlamentar da área, com o apoio do Prefeito e dos Vereadores, auxiliados pelo Diretório, que se diriará o encontro.

Em conformidade com as propostas educacionais do PMDB e do Governo Montoro, serão discutidos os seguintes temas

1) A Descentralização/Municipalização da Educação — trata-se de uma questão fundamental dentro da política de descentralização e participação do Partido, e que já vem sendo posta em prática;

2) Autonomia da Escola Pública: como no tema anterior, voltando-se mais à necessidade de uma efetiva integração comunidade-escola;

3) O Professor: é um tema da maior relevância, sobretudo tendo em vista a fuga de grandes nomes do magistério, quer por motivos dos sistemas educacionais quer por contingências financeiras. Procurar-se-á, através da discussão que se fará, a recuperação da dignidade profissional;

4) O Ensino Público: serão debatidos os meios de se tentar a curto prazo recuperar a qualidade do ensino nas escolas públicas e impedir que os alunos saiam mal alfabetizados do 1º grau e, principalmente, sem uma revisão crítica da realidade e;

5) O PMDB e a Educação, oportunidade para se discutir uma proposta objetivando uma Política Educacional identificada com o Programa do Partido e com as reais necessidades da população.

Sr Presidente e Srs. Congressistas, são preocupações com afirmativas como as de que existem "um milhão de crianças sem escola"; "Evasão dos estudantes dos bancos escolares"; e outras, tais como: "O custo do ensino não corresponde à sua qualidade" ou, "A escola que temos não é a que necessitamos, nem a que queremos", afirmações usuais e corriqueiras, mas evitadas de desencanto e conformismo, que motivaram o Governo Democrático de Franco Montoro, juntamente com a Fundação Pedroso Horta, a discutirem com a comunidade, com os educadores, com as entidades voltadas para a educação e com os políticos, primeiramente, fazendo uma avaliação do que foi realizado e, igualmente importante, aprofundar cada vez mais as diretrizes de uma educação democrática voltada para a realização pessoal da pessoa humana.

É com justo orgulho, como professor e integrante da bancada peemedebista, que faço este registro no Congresso Nacional, a fim de que a Nação saiba do exemplo democrático de governo que há em São Paulo e que, através da educação para citar apenas uma área do governo paulista —, está revolucionando tudo o que até então existia, não somente pela participação ativa, mas pela confiança que o governo inspira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra à ilustre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvindo hoje pela manhã a entrevista do Dr. Paulo Yokota no "Bom Dia Brasil", não me contive em ler documentos que contestam o desempenho do INCRA no Brasil. Se fazem grandes seminários internacionais — e isso eu acho que é bom — só que o INCRA deveria ser mais honesto, mais sincero, e

dizer realmente a que vêm o INCRA com o Ministério para Assuntos Fundiários.

Nós tivemos, no dia 25 de julho deste ano, Dia do Agricultor, denúncias em todas as capitais do Brasil, sobre a situação real dos trabalhadores rurais brasileiros. E a denúncia que esses trabalhadores rurais fazem a leio para os Srs. Congressistas. É a seguinte:

**"FIM DO INCRA,
REFORMA AGRÁRIA JÁ**

Nós Trabalhadores Rurais Sem Terra, aproveitamos o dia do trabalhador rural (25 de julho) para manifestar a nossa Mágua. 12 milhões de trabalhadores rurais estão à procura de chão para trabalhar. 280 milhões de hectares de terra não são explorados. O Brasil tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de terra. Como não pode ter terra para trabalhar num País deste tamanho?

A política fundiária e econômica do Governo só apóia o grande. Para o pequeno fica difícil.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), não faz nada. Só pensa em fazer projetos de colonização do norte, jogando o povo no maior sofrimento, no meio da mata. Quem é responsável pelas milhares de mortes no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará...?

Na televisão, o INCRA anuncia a maior Reforma Agrária do mundo. Na realidade, existe a maior concentração de terra nas mãos de uns poucos. O INCRA não serve para nada. Pelo contrário, quando se mete só atrapalha. É um Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária.

É uma vergonha também que num País agrícola como o Brasil criem um Ministério de Assuntos Fundiários (MEAF), e botam como Ministro um general, que é especialista em computador e segurança nacional.

E quando, cansados de esperar, colocamos em prática a Reforma Agrária, ocupando as terras improdutivas para trabalhar, o INCRA e o MEAF baixam a repressão.

Repudiamos a repressão do INCRA e MEAF e Polícias, em vários Estados.

Condenamos a injusta política fundiária, e exigimos:

— Desapropriação das terras dos latifundiários e multinacionais.

— Destinação duma parte do orçamento da União para Reforma Agrária.

— Liberdade aos Governos estaduais para aplicar o Estatuto da Terra.

— Apuração dos assassinatos de trabalhadores rurais.

A solução para a fome, miséria, desemprego e marginalização não está no FMI, mas numa ampla reforma agrária já.

TERRA PRA QUEM NELA TRABALHA — Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra."

Depois, há um documento específico dos trabalhadores de São Paulo, que eu solicito, Sr. Presidente, seja transscrito integralmente nos Anais do Congresso Nacional.

E eles reivindicam o seguinte:

"Ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

1º Que sejam desapropriados imediatamente os latifundiários e terras das multinacionais

2º Que o governo aplique a lei e destine parte do orçamento da União para a Reforma Agrária.

3º Que os Governos estaduais tenham autonomia para aplicar o Estatuto da Terra e resolver os problemas da terra.

4º Que sejam apurados todos os assassinatos de trabalhadores rurais, que somente em 1983 foram 116, e que até hoje ninguém foi preso."

E também eu incluiria o seguinte: a primeira explanação que eu tive no INCRA, no início deste semestre, é de que o assentamento de um trabalhador rural custaria ao INCRA 25 milhões de cruzeiros. E hoje de manhã, no referido programa, o Sr. Paulo Yokota disse que custaria cerca de 15 milhões de cruzeiros. Eu gostaria que ele discribrassem, realmente, em que são gastos esses 15 milhões de cruzeiros. Se, na verdade, é feita uma grande campanha da implantação, segundo o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, da implantação da Reforma Agrária, na Fazenda Primavera, no Estado de São Paulo, Município de Andradina, há também aqui um documento sobre o desespero em que estão esses lavradores que fizeram empréstimo nos bancos e não estão conseguindo pagar esses empréstimos, não estão conseguindo produzir.

Há uma contestação, clara e evidente. Não adianta o INCRA passar filmes na televisão e, também agora, com certeza, no Seminário Internacional, sobre o grande exemplo da implantação da Reforma Agrária, na região de Andradina. Eu contesto isso, os lavradores contestam, a tal ponto que o Dr. Paulo Yokota, se obrigou, na semana passada, a ir a São Paulo, para tratar, especificamente, com essa população, porque eles viriam para cá, em caravana, para contestar o INCRA e exigir a dispensa, ou, pelo menos, então, o adiamento do pagamento das dívidas dos empréstimos para poderem trabalhar. Se a Reforma Agrária é pôr os trabalhadores na terra sem nenhuma condição de sobrevivência e nenhuma condição de pagamento dos empréstimos dos bancos, isso significa dar a terra para o lavrador para comprovar que ele não é capaz de produzir depois que o INCRA se retira.

Portanto, a minha contestação veemente sobre o funcionamento do INCRA. Realmente, é preciso rever seriamente, afinal de contas, o que é a implantação do pequeno agricultor, no Brasil, a produção agrícola, através do pequeno agricultor e a proteção real que o INCRA e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários estão dando ao agricultor brasileiro. (Muito bem.)

*(DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA.
IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO.)*

**AO INSTITUTO NACIONAL DE
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA**

Nós trabalhadores rurais sem terra, organizados no nosso Movimento dos sem Terra, que abrange os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, queremos aproveitar o dia do Trabalhador Rural (25 de julho) para apresentar nossa situação sobre a triste realidade que nós Sem Terra estamos enfrentando.

Nos últimos anos, por causa da política fundiária e econômica do Governo, que favorece apenas os grandes latifundiários e a concentração de terras, tem ficado cada vez mais impossível para o trabalhador rural sem terra conseguir a sua sobrevivência, só restando a saída para a cidade, ou a migração para o norte, onde vamos servir bucha de canhão das grandes empresas e dos interesses do Governo.

O INCRA, criado para fazer reforma agrária, se transformou num escritório de burocratas, que não fazem nada a não ser as guias do ITR, que foi um imposto criado para aplicar em desapropriação. E agora o INCRA, no Nordeste dá anistia para os grandes latifundiários e o resto devolve para as prefeituras fazer estrada.

O INCRA só pensa em fazer projetos de colonização no norte, jogando o povo no maior sofrimento no meio da mata, sem as menores condições de vida. Quem é o responsável pelas milhares de mortes que vem acontecendo no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará, onde a única saída para o povo tem sido o Garimpo?

O INCRA é tão mentiroso, que chega a dizer na televisão que está fazendo a maior Reforma Agrária do mun-

do, e que distribuiu 800 milhões de títulos, quando existem apenas 130 milhões de habitantes no Brasil e na verdade existem mais de 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra e 280 milhões de hectares em latifúndio sem ser utilizados.

O INCRA não serve para nada, para nós agricultores sem terra, pelo contrário, quando se mete só atrapalha. Por isso nós preferimos chamar o INCRA de Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária.

É uma vergonha que num País agrícola como o Brasil, criem um Ministério de Assuntos Fundiários, botam um general de ministro, que é especialista em computador, e segurança nacional, e ainda vive viajando para o estrangeiro.

Diante dessa vergonha, cansados de esperar pelo cumprimento da lei do Estatuto da Terra, que no artigo 2º assegura a todos os trabalhadores rurais o acesso à terra e obriga o governo a realizar desapropriações, nós resolvemos nos organizar no nosso movimento para exigir nossos direitos, e quando colocamos a Lei em prática, ocupando terras improdutivas para trabalhar, o INCRA e o MEAF são os primeiros a usarem a repressão e procuram distorcer a realidade dos Sem Terra.

Por isso repudiamos toda a repressão utilizada em vários estados, pelo INCRA, MEAF e Policiais em geral.

Problema de terra não se resolve com polícia, se resolve aplicando a Lei do Estatuto da Terra e garantindo nossos direitos.

Condenamos a injusta política fundiária do Governo, e exigimos:

1º Que sejam desapropriados imediatamente os latifundiários e terras das multinacionais

2º Que o governo aplique a lei e destine parte do orçamento da União para a Reforma Agrária.

3º Que os Governos estaduais tenham autonomia para aplicar o Estatuto da Terra e resolver os problemas da terra.

4º Que sejam apurados todos os assassinatos de trabalhadores rurais, que somente em 1983 foram 116, e que até hoje ninguém foi preso.

A solução para os graves problemas da Fome, da Miséria, do Desemprego, e da Marginalização na cidade, não está no FMI, mas numa ampla Reforma Agrária já.

Terra para quem nela trabalha!

Dia 25 de julho de 1984

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente e Srs. Congressistas, faço, neste instante, um registro de um programa radiofônico que é realizado em duas frequências, na Rádio Difusora de Sergipe e na Rádio Cultura, semanalmente, e que, ontem, completou 30 anos de existência, sob a apresentação de José Carvalho, um idealista que tem desenvolvido um trabalho de divulgação e de incentivo ao cooperativismo em nosso Estado.

Portanto, este registro, Sr., Presidente, que é considerado, ao longo deste tempo, como um fato marcante e talvez o único, no gênero, no Brasil; com todo este tempo no ar, representa uma luta pelo idealismo que José Carvalho, esse jornalista e produtor do programa, tem desenvolvido com o objetivo de motivar, de incentivar, de difundir e de, cada vez mais, lutar pela implantação do cooperativismo, em outras áreas do Estado de Sergipe.

Todos nós que estamos acompanhando a fase difícil que o Banco Nacional de Crédito Cooperativo atravessa, oriunda dos danos causados por administrações passadas e que, neste instante, sob a presidência de Raul

Agostini, esse ilustre gaúcho, em cujo Estado as tradições do cooperativismo encontram uma força bem superior a de todas as outras Unidades brasileiras, acreditamos que S. S^a haverá de receber do Governo o apoio imprescindível a que o BNCC saia da sua posição deficiária — arcada, unicamente, pelos equívocos das administrações anteriores, conforme já enunciéi — para se constituir no grande instrumento de efetivação para a produção agrícola, para o assentamento dos trabalhadores sem terra, para o desenvolvimento de um programa legitimamente voltado para o homem do campo; neste exato instante, em que todos nós estamos preocupados não só com o abastecimento interno, mas, acima de tudo, em criarmos empregos para que esses trabalhadores sem terra, os bôias-frias, os marginais da área rural brasileira, tenham perspectivas efetivamente válidas de fazerem parte do progresso deste País.

Daí porque, Sr. Presidente, faço o registro aqui, neste instante, do programa cujo título é "O Cooperativismo em Foco", que, semanalmente, em duas freqüências em

Sergipe, é apresentado para a difusão de idéias e a dinamização do trabalho dos produtores rurais de Sergipe voltados para o cooperativismo. E aplaudo, da tribuna do Congresso Nacional, esse idealista que é José Carvalho, ao ensejo do transcurso do 30º ano do seu programa. Todos nós estamos aqui para aplaudir e incentivá-lo a que continue a emprestar o calor do seu entusiasmo e do seu idealismo em favor do cooperativismo sergipano. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1984-CN (apresentado pela

Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 46, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.101, de 28 de dezembro de 1983, que prorroga prazos fixados pelo Decreto-lei nº 1.703, de 1979, que estabelece condições especiais para a importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão deixa-se de proceder à votação em virtude da evidente falta de **quorum** em ambas as Casas.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

Ata da 209ª Sessão Conjunta, em 16 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Raimundo Parente

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunico Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murió — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonó — PDS; Renan Calheiros — PMDB

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB;

Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Álvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matazzaro Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kfuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Piñheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nady Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 291 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, na segunda-feira, em debate havido na Comissão de Agricultura do Senado Federal, o Ministro Camilo Penna e o Presidente do IBC, o Sr. Octávio Rainero, expuseram as medidas adotadas recentemente, tanto pelo MIC quanto pelo IBC, para a cafeicultura Nacional.

Tomamos conhecimento de que, para o Nordeste, o Governo estabeleceu um custeio especial para a recuperação da cafeicultura e, nesse plano, as regiões que seriam beneficiadas com esse custeio especial seriam: a Chapada Diamantina, na Bahia, a região do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais, e Pernambuco.

Ocorre, no entanto, que na Bahia, onde está concentrado o principal contingente cafeeiro do Nordeste, exatamente no sudoeste baiano, na região de Vitória da Conquista, de Jequié, de Santa Inês, etc., é onde o parque cafeeiro, na verdade, se concentra, e essa região não está beneficiada. Por outro lado, sabem essas autoridades,

como sabe o Congresso Nacional, que a seca que se abateu sobre o Nordeste nos últimos cinco anos prejudicou sensivelmente a cafeicultura, sobretudo sua produção.

No ano passado, em consequência dessas perdas, desse prejuízo acarretado pela estiagem, o Governo prorrogou os débitos da cafeicultura, como prorrogou também a dos cacaueiros, até 1989. O Governo talvez não esperasse que a seca para a safra do ano de 83/84 causasse prejuízos maiores do que a do ano passado. No ano passado, a colheita, em média, ficou em torno de 40% da safra prevista, mas este ano ela foi mais dramática. Esse ano não se colheu um índice superior a 20% da previsão do início do ano. Por isso, houve cafeicultores — na minha região, por exemplo — que preferiram não colher o café, porque a colheita seria mais cara, evidentemente; o custo com a colheita superaria o valor da venda do café colhido.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Governo teria de olhar com mais complacência essa situação. Os cafeicultores não poderão pagar os débitos de custeio para esta safra, simplesmente porque não têm recursos; eles não têm como pagar. Mas o Governo não só não prorrogou — pelo menos até agora — os débitos de custeio do ano passado, da safra 83/84, como não incluiu essa região nesse custeio especial para recuperação dos cafezeiros. Isso é muito grave, o Ministro Camilo Penna inclusive prometeu que agilizaria alguma coisa no sentido de fazer uma revisão, mas acho que o Congresso Nacional, fundamentalmente, teria de se envolver nessa questão, buscando, com pressão junto às autoridades, a revisão do plano.

O Ministro alega que o plano foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, mas sabemos que as decisões do Conselho Monetário Nacional são tomadas por telefone. Eu cobrava até do Ministro Camillo Penna e do próprio Presidente do IBC a constituição de uma comissão que visitasse a região, para que essa comissão constatasse a necessidade da prorrogação desses débitos, sem prejuízo do novo custeio.

É verdade que o Presidente do IBC, Sr. Octávio Rainero, sensibilizado com a sugestão, chegou a se comprometer com essa visita. Queremos, mais uma vez, da tribuna do Congresso Nacional, cobrar efetivamente essa visita, porque é de fundamental importância para a economia nordestina, e em especial para meu Estado, onde o café já compete com a própria cacaueira.

Deste modo, Sr. Presidente, desejo, é verdade, ratificar a necessidade de o Governo prorrogar os débitos de custeio da safra 83/84 da cafeicultura baiana, para que seja incluído o Sudoeste da Bahia, essas regiões citadas, no custeio especial. Para tanto, para que o Governo não tenha dúvidas quanto à necessidade dessas medidas, que seja marcada uma reunião, lá na região, em Vitória da Conquista, para que as autoridades se convençam de que essas medidas são absolutamente necessárias.

Era, afinal de contas, o que tinha a solicitar ao Congresso Nacional nesta noite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concede a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PDS — SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A crise da educação chegou ao sertão sergipano. Os alunos do Colégio Francisco Figueiredo, em Aquidabá, que pertence à rede nacional da CENEC, entraram em greve. Por que, Sr. Presidente? Porque a nossa CENEC, criada pelo Professor Felipe, com tantos objetivos, hoje se transformou numa instituição que precisa sobreviver, pela falta de apoio do Ministério da Educação e Cultura, com os recursos da própria comunidade. Esses recursos da comunidade, no Nordeste brasileiro, depois de cinco anos de seca e de aviltamento do poder aquisitivo do homem rural, impedem que seus filhos possam dar prosse-

guiamento aos seus estudos. Por isso que mais de 500 alunos desse colégio se encontram em greve, pois a Direção do ginásio foi obrigada, orientada pela secção estadual, a elevar a taxa mensal de oito mil cruzeiros para dezesseis mil e quatrocentos cruzeiros.

Vê-se, Sr. Presidente, que o problema da educação é o grande desafio do Brasil. Dezenas de milhares de jovens querendo se formar, querendo se profissionalizar, querendo realmente construir seu futuro alicerçado nas bases da educação, vêem-se sem perspectivas, porque o Poder Público não atende a essas necessidades básicas.

Lanço daqui, Sr. Presidente, um repto à Srª Ministra da Educação, para que ela reexamine, com urgência, a ampliação dos recursos para que essa grande instituição, a CENEC, que tem como alicerce patrimonial os objetivos fundamentais da interiorização, do processo da educação no Brasil, e que sejam aproveitados os valores existentes nos quadros do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, para sua formação de quadros e, consequentemente, para levar a educação a esses jovens.

Deve o Ministério da Educação, nesta hora difícil da CENEC, voltar as vistas para ampliar esses recursos com urgência, atraindo de outros Fundos, do Fundo Nacional da Educação, do PIS, do FINSOCIAL, de quaisquer outras áreas que o Governo tenha e que estejam disponíveis. É necessário que o Governo se convença, de uma vez por todas, que sem educação não podemos construir o alicerce básico para o desenvolvimento e para o equilíbrio social da Nação.

Deixo aqui, Sr. Presidente, minha solidariedade aos estudantes do Colégio Francisco Figueiredo, em Aquidabã, pedindo a compreensão da Diretoria Regional da CENEC, para que envide esforços junto à Direção Nacional, cujo pretendente é o ilustre Senador Aderbal Jurema, que tem prestado inestimáveis serviços à causa da educação. S. Exª um ilustre educador, que foi Secretário de Educação de Pernambuco e tem sido, por várias vezes, elevado à presidência da CENEC, deve solucionar esse grave problema que é o da sobrevivência do processo educacional no sertão do Sergipe e, em particular, em Aquidabã. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 41, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938.

O Sr. Manoel da Costa Júnior — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG). — Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já entramos na terceira semana e continuamos insistindo em que a atitude do Senador Moacyr Dalla é arbitrária, quando não coloca na pauta de votação a Emenda Theodoro Mendes.

Com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs. 28, de 1984-CN (7ª sessão), 29 e 30, de 1984-CN (3ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

Ata da 210ª Sessão Conjunta, em 16 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Raimundo Parente

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aduato Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thale Ramalho — PDS

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossor Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissim Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Pecanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristina Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dircêo Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza —

PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 291 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da mensagem nº 70, de 1984-CN, referente ao projeto de lei nº 7, de 1984-CN, que transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Passasse à

ORDEM DO DIA

O Sr. Manoel Costa Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Manoel Costa Júnior.

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Insistimos em que o Senador Moacyr Dalla, hoje, não é o Presidente do Congresso Nacional: está sendo o Presidente do Congresso do PDS. S. Ex^a não está repetindo o exemplo histórico do saudoso Senador e Presidente do Congresso, Nilo Coêlho. Com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 dos Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inopportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Gorgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP 70160

DIREITO FINANCEIRO

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

Normas disciplinadoras da matéria.

Plano de contas único da Administração Direta.

3^a edição ampliada — 1981

278 páginas

Preço: Cr\$ 600,00

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
22º andar — Brasília, DF — 70160, ou pelo REEMBOLSO POSTAL**

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Projeto de Lei nº 1.655, de 1983

Quadro comparativo do Projeto em tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Código de Processo Penal remetido ao Legislativo em 1975 e as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal à proposição retirada pelo Poder Executivo, em 1978.
Exposição de Motivos. Notas.

2 Volumes
Preço:

Cr\$ 2.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília DF — 70160, ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito muçulmano, visto pelo STF — *Negi Callixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

**Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00